



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ - VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001618-09.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Crimes de Trânsito**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA BEZERRA**

Aos **12 de março de 2015**, às **17h15**, na sala de audiências do Edifício do Foro Distrital de Ibaté, onde presente se achava o MM. Juiz de Direito, **Dr. Eduardo Cebrian Araújo Reis**. **Presente** a Promotora de Justiça, **Dra. Larissa Buentes Cupolillo**. **Apregoadas as partes**, verificou-se a **presença** do réu **JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA BEZERRA**. **Presente** o advogado do réu, **Dr. Marcos Moreno Bertho** (OAB/SP nº 97.823). **Presentes** a(s) testemunha(s) de acusação **Fábio Luís de Oliveira**. **Ausente(s)** a(s) testemunha(s) de acusação **Cassiano Rodrigo Caldeira**, que não mais se encontra no Batalhão de Polícia Militar de Ibaté, conforme ofício juntado nas fls. 56. **Iniciados os trabalhos**, com as formalidades legais, o MM. Juiz inquiriu a(s) testemunha(s) presente(s), homologou a desistência da testemunha faltante e interrogou o réu, **tudo conforme termos em apartados: "gravado(s) em mídia eletrônica audiovisual, nos termos do Provimento nº 23/2004 do Tribunal de Justiça de São Paulo (item 77 e seguintes do Capítulo II das Normas de Serviço Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça), bem como com base no artigo 405 e parágrafos do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11719/08, ainda, nos termos do artigo 13, §3º, da Lei nº 9.099/95, ainda, com base no artigo 169 § 2º e 170 do Código de Processo Civil"**. **A seguir**, de acordo com o artigo 402 do CPP, pelo MM. Juiz foi concedida a palavra às partes. Por ambas as partes foi dito que não tinham diligências a requerer. **Após**, passou-se aos debates que foram gravados em mídia audiovisual. **Na sequência, pelo MM. Juiz foi prolatada a seguinte sentença:** "JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA BEZERRA está sendo processado pela suposta infração ao artigo 306 da Lei 9.503/97 porque, de acordo com a denúncia, na tarde de 15 de janeiro de 2013, na rua Eduardo Apreia, Jardim Mariana, neste município de Ibaté, conduzia o veículo GM Monza, cor cinza, placas BKN8624, na via pública com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. A denúncia foi recebida em 20/09/2013 (fls. 25). Resposta à acusação a fls. 45. Nesta audiência procedeu-se à oitiva de uma testemunha e ao interrogatório. Em seguida, as partes manifestaram-se em alegações finais. **É o relatório. Decido.** A ação penal é procedente. A materialidade está estampada no laudo de exame de verificação de embriaguez encartado a fls. 09. A autoria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ - VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

também é certa. Interrogado em Juízo, o réu admitiu que conduzia seu veículo algum tempo após haver ingerido bebida alcoólica, ainda que tenha repousado durante um intervalo. Essa versão harmoniza-se com o depoimento prestado pelo policial Fábio Luís de Oliveira sob o crivo do contraditório. De acordo com a testemunha, o acusado dirigia o automóvel de forma irregular, vindo a colidir com um carro que estava estacionado. Ao chegar ao local, foi possível notar que o denunciado ostentava sinais exteriores de embriaguez. É o que basta para a condenação. **Passo dosar as penas.** Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 6 (seis) meses de detenção, suspensão da habilitação para dirigir veículos automotor por 2 (dois) meses, e pagamento de 10 (dez) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, mas sem redução da reprimenda aquém do piso. Torno-a definitiva ante a ausência de outras causas que autorizem a exasperação ou abrandamento. Fixo multa mínima em razão da capacidade econômica do agente. Com fundamento no artigo 33, § 2º, "c", do Código Penal, estabeleço regime aberto para o cumprimento da pena. Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e condeno o réu JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA BEZERRA por infração ao artigo 306 da Lei 9.503/97, às penas de 6 (seis) meses de detenção, em regime aberto, suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor por 2 (dois) meses, e pagamento de 10 (dez) dias-multa, na forma especificada. Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos consistente na prestação pecuniária no valor de meio salário mínimo nacional vigente. Autoriza-se o recurso em liberdade, pois ausentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Arbitro os honorários do Defensor nomeado no valor máximo previsto na tabela do convênio. Expeça-se certidão. Providencie-se o necessário". Nada Mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, *Paulo César Cicarello*, digitei e subscrevi.

Ministério Público:

Dr. Marcos Moreno Bertho:

Réu:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA